



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE CADASTRO - UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

Decisão nº 144182533/2026-UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

Processo: **08270.010566/2024-57**

Autuado (a): **PAULINE MARIE MICHELLE PROVOST**

Assunto: **Decisão de 2ª instância (REVELIA)**

**DEFESA**

Foi proferida decisão de 1ª instância mantendo o **Auto de Infração/Termo Notificação nº 1333\_00176\_2024**, por ser **ato administrativo perfeito, válido e eficaz**, estando em pleno acordo com o princípio da legalidade. O autuado foi revel, não tendo apresentado defesa escrita no prazo legal de **10 (dez) dias**. Após o decurso do prazo para recurso à 2ª instância, o presente processo administrativo retornou para apreciação. Não houve apresentação de recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias corridos, conforme Art. 110, "caput", da **Lei 13.445/2017 c/c Art. 309, § 8º, do Decreto 9.199/2017 c/c Art. 59 da Lei 9.784/99**, razão pela qual o autuado se mantém revel.

**FUNDAMENTAÇÃO E JULGAMENTO**

A decisão de 1ª instância foi julgada à revelia do autuado, visto que ele não apresentou defesa escrita no prazo legal, conforme Art. 309, §5º, do Decreto 9.199/2017. Vieram os autos do presente processo administrativo a esta instância, com fundamento no Art. 309, §8º, do Decreto 9.199/2017, porém à revelia, mais uma vez, do autuado. Assim, utilizando-me dos efeitos do instituto da revelia, reputo verdadeiro e eficaz o ato administrativo praticado, qual seja, a lavratura do **Auto de Infração e Notificação nº 1333\_00176\_2024**, por ser essa a consequência legal lógica, consoante disposto no Art. 344 da Lei 13.105/2015 (aplicação por analogia). Some-se a isso, o fato de os atos administrativos gozarem de presunção de legalidade/veracidade. Isto é, todos os atos administrativos que são lavrados presumem-se de acordo com a lei. Logo, não há dúvidas de que o Auto de Infração e Notificação aplicado ao estrangeiro revel é um ato revestido de legalidade, figurando como ato administrativo perfeito, válido e eficaz. Ademais, a multa imposta não desbordou dos parâmetros legais constantes do Art. 108 da lei 13.445/2017 c/c Art. 301 do Decreto 9.199/2017. Assim sendo, esta instância recursal é favorável à MANUTENÇÃO do referido Auto de Infração/Termo Notificação nº 1333\_00176\_2024, no valor de R\$ 555,00 (quinhentos e cinquenta e cinco reais), por ser **ato administrativo perfeito, válido e eficaz**, estando em conformidade com o que dispõe os **parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 309, do Decreto 9.199/2017, bem como os princípios da legalidade e da presunção de veracidade**.

**CIÊNCIA**

Notifique-se o autuado da presente decisão. Ademais, proceda-se as conclusões de praxe com o lançamento/manutenção da dívida no sistema SONAR e a abertura do prazo de **30 dias para pagamento do débito**, conforme exposto no **§10 do Art. 309, do Decreto 9.199/2017**. Após, em não

havendo a quitação da multa, promover o encaminhamento do procedimento à Fazenda Nacional para os devidos fins legais.

**ALEXSANDRA OLIVEIRA MEDEIROS REIS**

Delegada de Polícia Federal

Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/CE



Documento assinado eletronicamente por **ALEXSANDRA OLIVEIRA MEDEIROS REIS**,  
**Delegado(a) de Polícia Federal**, em 09/01/2026, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?  
acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=144182533&crc=C0E1B456](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144182533&crc=C0E1B456).

Código verificador: **144182533** e Código CRC: **C0E1B456**.

---

Referência: Processo nº 08270.010566/2024-57

SEI nº 144182533



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE CADASTRO - UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

## NOTIFICAÇÃO

Sr(a).

**PAULINE MARIE MICHELLE PROVOST**

Fica notificado(a) da Manutenção do Auto de Infração e Notificação nº 1333\_00176\_2024, protocolado sob processo SEI nº 08270.010566/2024-57, tendo sido julgado à sua revelia em nível de 2ª instância, haja vista que não apresentou defesa no prazo legal. Não há mais possibilidade de recurso em âmbito administrativo, devendo realizar o pagamento da multa no prazo de **30 dias corridos**, conforme exposto no **§10 do Art. 309, do Decreto 9.199/2017**.

Esclareço que o não pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da publicação desta notificação no site da Polícia Federal, implicará no encaminhamento deste processo à Procuradoria da Fazenda Nacional para procedimentos de inscrição na dívida ativa da União, conforme estabelece o **Art. 309, §11 do Decreto 9.199/2017**, além de manutenção de registro no Sistema Operacional de Alertas e Restrições (SONAR).

Atenciosamente,

**ONOFRE DE SOUSA FERREIRA**  
Agente de Polícia Federal  
UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE



Documento assinado eletronicamente por **ONOFRE DE SOUSA FERREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 15/01/2026, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=144300975&crc=22C96472](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144300975&crc=22C96472).  
Código verificador: **144300975** e Código CRC: **22C96472**.